

## **Belo Horizonte e Goiânia: cidades desejadas**

**Adriana Mara Vaz de Oliveira**

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás

 <https://orcid.org/0000-0002-4014-0003>

E-mail: [amvoliveira@ufg.br](mailto:amvoliveira@ufg.br)

**Resumo:** O artigo apresentado propõe-se a ser um exercício de comparação, apoiado nos conceitos de Marc Bloch, focalizando os processos de criação e implantação de cidades no Brasil, escolhendo duas intervenções – Belo Horizonte (1897) e Goiânia (1933). O objetivo limita-se em compreender o processo de criação de uma cidade, expresso no desejo da mudança, da escolha do local e do plano urbanístico. Para tal, perscrutam-se referências que discutem o assunto que vão desde documentos compilados em livros oficiais a trabalhos acadêmicos, em largo recorte cronológico. A ideia da mudança, em ambos os casos, está ligada ao desejo de se propagar um projeto modernizador, vinculada à ação política. Por hora, o propósito desse artigo encerra-se ao testar a possibilidade de construir a história comparada por meio de casos próximos, adotando um recorte específico das decisões iniciais de cidades novas e, por isso, desejadas, atestando as suas semelhanças e dessemelhanças.

**Palavras-chave:** Marc Bloch; Goiânia; Belo Horizonte; Criação de novas cidades.

### **Belo Horizonte e Goiânia: desired cities**

172

**Abstract:** This article aims to be an exercise in comparison, based on the concepts of Marc Bloch, focusing on the processes of creating and implementing cities in Brazil, choosing two interventions - Belo Horizonte (1897) and Goiânia (1933). The objective is limited to understanding the process of creating a city, expressed in the desire for change, the choice of location and the urban plan. To this end, references that discuss the subject are scrutinized, ranging from documents compiled in official books to academic works, in a broad chronological section. The idea of change, in both cases, is linked to the desire to propagate a modernizing project, linked to political action. For now, the purpose of this article ends by testing the possibility of constructing comparative history through close cases, adopting a specific cut of the initial decisions of new and therefore desired cities, attesting to their similarities and dissimilarities.

**Keywords:** Marc Bloch; Goiânia; Belo Horizonte; Creation of new cities.

**Texto recebido em: 08/11/2023**

**Texto aprovado em: 04/12/2023**

### **Apresentação**

No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é o modelo para outra Fedora. São as formas que a

cidade teria podido tomar se, por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente. Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo de esfera de vidro. (Ítalo Calvino, 1990)

O artigo apresentado propõe-se a ser um exercício de comparação, apoiado nos conceitos de Marc Bloch, focalizando os processos de criação e implantação de cidades no Brasil, escolhendo duas intervenções – Belo Horizonte (1897) e Goiânia (1933). O objetivo limita-se em compreender o processo de criação de uma nova cidade<sup>1</sup>, expresso no desejo de construção de um espaço, em que a mudança, a escolha do local e o plano urbanístico estão implícitos. A análise detalhada dos planos assim como a sua implantação e conseqüente apropriação não serão enfocadas neste artigo. Para tal, perscrutam-se referências que discutem o assunto que vão desde documentos compilados em livros oficiais a trabalhos acadêmicos, em largo recorte cronológico. A leitura de tais referências é apoiada teoricamente pelo historiador francês mencionado.

Independentemente se a comparação nasce de outras ciências, Bloch entende que os estudos históricos não podem se abster deste método, porque precisam reduzir suas insularidades. A comparação, definida pelo autor, implica aproximar duas ou mais coisas, de natureza análoga, para determinar as suas semelhanças e também as diferenças, em meios sociais diversos (Bloch, 1995). A escolha correta dos meios a pesquisar é o ponto-chave para o sucesso da empreitada. A questão consiste em aprofundar o conhecimento de fatos históricos, de origem e natureza semelhantes, por meio da comparação de seus elementos constituintes. Apesar de notadamente privilegiar este tipo de comparação, Bloch (1995) não descarta aquela de caráter anacrônico e disperso<sup>2</sup>, reforçando a legitimidade de ambas. Destaca que o importante é não as confundir.

A adoção do método comparativo coloca o historiador Bloch em posição de aproximação com a Sociologia, confirmado pela influência que este teria sofrido de Durkheim (Le Goff, 1993). Na disciplina histórica, percebe-se que a aplicação desta metodologia caminha das generalizações (características das ciências sociais) para a individualização (Mörner, 1994), porque se objetiva abarcar uma explicação causal ou a compreensão de um fenômeno sem submetê-lo a uma camisa de força teórico-

metodológica. Em outras palavras, completa Mörner (1994, p. 377), “a utilização do método comparativo pela História pode cumprir o papel de verificar a aplicação de uma teoria”.

A adoção do método comparativo também aproximou Bloch da Antropologia, fazendo-o “pai da antropologia histórica”, segundo Le Goff (1993, p. 34), e “ressuscitador de uma experiência já desenvolvida por Legrand d’Aussy, no século das luzes”, de acordo com Burguière (1995, p. 125). No livro *Reis Taumaturgos*, Marc Bloch aproxima-se e distancia-se da antropologia com brilhante desenvoltura. Utiliza-se de estudos folclóricos para compreender a crença no milagre das escrófulas, notadamente influenciado pela historiografia alemã, com a qual teve contato, aberta à etnografia e ao comparatismo (Le Goff, 1993). Desse modo, a construção do sentido da crença intercala-se com o entendimento dos aspectos totais daquelas sociedades, porque o estudo da realidade subjetiva fornece um quadro social mais convincente, exatamente por apreender o comportamento humano (Gurevich, 1990).

No caso deste artigo, escolhe-se o processo de criação de cidades como questão, trazendo à luz as experiências pioneiras que mostram, a um primeiro olhar, certas similitudes, como o fato de que ambas são capitais criadas em função da inadequação das antigas sedes de governo; as duas foram estrategicamente idealizadas, visando alcançar objetivos que extrapolavam a questão regional; e, por fim, as duas cidades são intencionadas, ou seja, resultado de planos urbanísticos, científica e tecnicamente orientados. A riqueza desta comparação consiste em verificar as peculiaridades que envolvem a criação de cidades ou a excepcionalidade do fato urbanístico. A importância está diretamente relacionada com o fato de que são alguns dos primeiros investimentos de envergadura nacional, que se consolidará com Brasília, como capital nacional, e, posteriormente, com a criação de Palmas.

Para tanto, recorre-se à bibliografia produzida sobre o assunto, deixando para um outro momento a averiguação de outras fontes. Almeja-se levantar algumas questões que podem ser posteriormente investigadas. Basicamente, os autores que escreveram sobre tais planos utilizaram os relatórios das comissões de mudança, atas e decretos, jornais, os próprios desenhos dos planos, imagens fotográficas, e outras.

## Introdução

A cidade é obra, a ser associada mais com obra de arte do que o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam esta obra nas condições históricas. (Henri Lefebvre, 1969)

A cidade é artefato, pois é resultado de uma urdidura de relações entre homem, natureza e saber fazer. Como obra de arte, artefato ou produto cultural, a cidade pode ser imaginada antes de construída ou formada espontaneamente, sendo que ambas são conformadas diante do tempo. Isso significa que a fundação da cidade é a gênese de um processo em que os espaços são permanentemente recriados. Os homens apropriam-se dos espaços e preenchem-nos com múltiplos significados, tornando-os lócus da memória coletiva. Neste artigo, o objetivo prende-se a um tempo da forma da cidade – o da sua criação.

A história da cidade é muito antiga. Mas para compreender as intervenções escolhidas, dirige-se o olhar para o século XIX, quando se erige a concepção moderna do urbanismo. O século XIX é um marco na história da humanidade, porque significa, entre outras coisas, a sedimentação da modernidade.<sup>3</sup> No turbilhão moderno, as cidades são universos em transformação, provocando reflexões e ações, quase nunca conectadas.

Os primeiros que pensaram a cidade foram chamados de pré-urbanistas utópicos, porque fizeram propostas de ordenamentos urbanos livremente construídas por uma reflexão que se desdobrava no imaginário, não conseguindo dar uma forma prática ao questionamento da sociedade (Choay, 1979). Eram políticos, higienistas, historiadores e economistas que pensavam em criar outras formas de vida gregária, diferentes daquelas existentes. Paralelamente a essas propostas, em meados do mesmo século, os Estados conservadores europeus assumem a organização do espaço urbano, iniciando uma série de reformas nas cidades já consolidadas e cheias de problemas – como Paris, Viena, Londres –, com o intuito de instituir a sua ordem espacial, compatível à ordem política. Esta prática urbana não era nova, dado que a intervenção espacial vinculada ao poder político

advém do século XVIII, com as experiências barrocas, sendo Versailles o seu maior exemplo.

Somente em princípios do século XX a cidade torna-se objeto da ciência, quando surge o urbanismo, que se define pelo caráter reflexivo e crítico, e pela procura de uma ordem escondida sob a desordem aparente, ao mesmo tempo em que procura definir meios para remediar essa desordem (Topalov, 1991). Em outras palavras, é uma ciência produzida, na maioria das vezes, por especialistas arquitetos e filiada a uma prática, diferenciando-se dos utópicos, ainda que não distanciassem da imagem da cidade ideal. Nessa perspectiva, o caráter científico do urbanismo nasce fragilizado, porque se percebe que “na raiz de qualquer proposta de planejamento, por trás das racionalizações ou do conhecimento que pretendem fundá-la em verdade, escondem-se tendências e sistemas de valores” (Choay, 1979, p. 49-50). Em outras palavras, o urbanismo enquanto ciência perde-se no encontro com o paradigma de que a cidade, como ordem espacial, é um organismo e, como tal, deve ter todos os seus elementos em perfeita harmonia, favorecendo as ordens produtiva e social (Topalov, 1991).

As relações entre as ordens social, política, produtiva e espacial estavam implícitas tanto nos planos para as novas cidades quanto nas reformas implementadas nos núcleos sedimentados. No Brasil, essa prática não acontece no mesmo período em que ocorre na Europa, transferindo-se para o início do século XX, quando se avolumam os problemas em algumas cidades brasileiras. Se as reformas urbanas de caráter regulador e higienista não aparecem com força em território brasileiro até o século XX, o mesmo não se pode dizer das intervenções planejadas no espaço urbano.

Ao contrário do que já afirmaram alguns historiadores, o colonizador português sempre teve um olhar cuidadoso sobre as cidades brasileiras, não se limitando ao meio rural. A partir da instituição do Governo Geral e da criação de cidades reais como Salvador e Rio de Janeiro e, posteriormente, São Luiz e Belém, os lusitanos compreenderam que a riqueza do meio rural era controlada pelo meio urbano. Esta atuação interventora vai se acentuar durante o século XVIII, com a descoberta de ouro e conseqüente interiorização. Cidades novas vão surgir, como Mocha (1716) no Piauí e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) em Mato Grosso, e arraiais mineiros serão “organizados”<sup>4</sup> pela Coroa, como, por exemplo, Mariana (1746) em Minas Gerais e Vila Boa (1782) em Goiás.<sup>5</sup>

Na primeira metade do século XIX, o Brasil imperial investiu pouco no planejamento urbano. O Estado monárquico concentrava-se na centralidade, inclusive territorial, apoiado pelas elites que representavam o continuísmo mercantil escravista. Nesse sentido, retirou o poder das Câmaras Municipais, passando a deliberar normas de conduta por meio da Corte. As posturas urbanas assumiram o papel de homogeneizar as preocupações com a cidade. Aquelas produzidas no Rio de Janeiro rapidamente se alastravam e todas as vilas e cidades brasileiras passavam a reproduzir, com pouquíssimas alterações, os dispositivos normativos da Corte. Eram preocupações “superficiais” – como alinhamento, limpeza, criação de animais, e outros – que não alteravam substancialmente a estrutura urbana das cidades brasileiras.

Na segunda metade do século XIX, as transformações urbanas relevantes começam a aparecer. Em princípio, surgem duas novas capitais de província – Teresina (1852)<sup>6</sup> e Aracaju (1855).<sup>7</sup> Foram experiências que não carregaram grandes discussões na construção da história do urbanismo brasileiro, mas expressaram anseios locais de integração ao projeto nacional em curso.

Ancoradas nas experiências europeias, arregimentadas em torno do salubrismo, algumas cidades brasileiras sofrem intervenções visando equipá-las de infraestrutura. “Cidades como Rio de Janeiro (a partir de 1862), Recife, Santos, São Paulo, Manaus e Salvador contaram com empresas que instalaram e operaram sistemas de drenagem, abastecimento de água e esgoto urbano” (Segawa, 1997, p. 19). Estes trabalhos não significaram ruptura com o tecido urbano colonial, nem mesmo surgiam dentro de uma lógica moderna de controle do espaço. Essas ideias só vão estar presentes em casos como a criação de Belo Horizonte (1897), o plano “haussmaniano” de Pereira Passos para o Rio de Janeiro (a partir de 1904) (Segawa, 1997), os planos de Saturnino de Brito (a partir de 1903) para São Paulo, Santos e Campos e, já no início da década de 1930, no plano de Goiânia (1933). Nessas experiências vislumbra-se a existência da disciplina “urbanismo”, em que se percebe a imbricação dos fatores sociais, políticos, produtivos e espaciais.<sup>8</sup>

Belo Horizonte e Goiânia estão ligadas a períodos de experiências urbanísticas diferentes. A primeira filia-se a um tempo das reformas urbanas de caráter higienista, conduzidas por profissionais formados nas escolas de engenharia existentes no Brasil. A segunda prende-se às experiências urbanísticas do entreguerras, influenciada pelas teorias modernistas, sendo produzida por um

profissional arquiteto. Concomitantemente, as duas cidades surgem de processos semelhantes: a necessidade de transferência da capital, de uma cidade “aurífera” para outra, compatível com os interesses presentes, e a criação de um novo espaço para tal, traduzindo-se numa nova ordem espacial. Nesse âmbito, estabelece-se um processo que culmina com a construção de uma cidade. Assim, o objetivo perscrutado neste artigo é perceber as semelhanças e diferenças nos atos de criação de Belo Horizonte e Goiânia, tateando os passos na constituição de uma história comparada aos moldes de Marc Bloch. Para tanto, tentam-se conhecer, nesse âmbito, os antecedentes (o desejo de mudança), a estratégia de concretização (a escolha do local), a nova ordem espacial (o plano urbanístico).

### **Antecedentes: o desejo de mudança**

A ideia da mudança da capital de Minas Gerais já existia desde o século XVIII. Nos autos da devassa da Inconfidência Mineira encontram-se relatos que confirmam a intenção, ainda incipiente, mas concreta, de mudar a capital de Ouro Preto para outro lugar com melhor posição geográfica – “que a Capital se havia de mudar para São João D’el Rei, por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos” (Magalhães; Andrade, 1989, p. 45).

Naquela circunstância, a vontade de mudança para um outro lugar específico, determinado por um “caráter realista, em atendimento às mais imediatas necessidades da capital e de sua população e, pelo menos até aquele momento, era relativa, não explicitava nenhuma vontade de modificação material efetiva para uma reordenação radical da sociedade” (Magalhães; Andrade, 1989, p. 45).

Ao longo do século XIX, registram-se discussões acerca da questão, como a de 1867, na Assembleia Provincial, em que a sugestão é mudar a capital para algum ponto às margens do rio das Velhas. Pensava-se em erigir uma nova cidade, estrategicamente localizada, que dinamizaria os negócios da província (Fundação João Pinheiro, 1997).

A construção de uma nova capital para Minas Gerais é o ápice de uma série de acontecimentos que percorrem todo o século dezenove, na tentativa de romper com o estado imperial e escravista, consolidando a República. Este evento é possível, entre outras razões, porque o positivismo cria uma base ideológica, na

sociedade brasileira, que estrutura uma nova elite intelectual, amparada no discurso da mudança cultural, por meio da neutralidade da ciência, tornando-se decisiva na proclamação da República.

A proclamação da República concretiza o sonho da mudança. Na atribuição da competência dos governadores dos Estados está incluso o poder de “ordenar a mudança de sua capital para o lugar que mais convier” (Decreto nº. 7, Rio de Janeiro, 20/11/1889. *Apud.* Magalhães; Andrade, 1989, p. 48). Esta competência, sancionada por meio de decreto, indica a intenção de criar capitais de acordo com as novas conveniências políticas, o que a centralidade do Império impedia que acontecesse. No caso de Minas, essas ideias ganharam força em virtude do papel que tal Estado mantinha em relação ao conjunto da nação brasileira – era a segunda unidade do país em população e possibilidades econômicas –, merecendo inaugurar a ideia de reorganizar a sociedade mediante uma nova ordem espacial.

No âmbito da nova ordem política, os proprietários rurais, antes detentores absolutos do poder local, rearticulam-se de maneira a continuar fazendo parte do jogo político. A sua capital, Ouro Preto, não correspondia ao desejo de “progresso e modernidade” que naquele momento colocava-se como inevitável. Além disso, a nova situação política requisita um equilíbrio territorial diferente, em que todas as forças políticas do governo estadual fossem contempladas. Torna-se cada vez mais evidente que a questão não se reduzia somente à localização e comunicação, mas ligava-se ao reforço do papel do Estado como gerenciador do espaço, identificado pelo seu papel simbólico. Pensava-se num projeto de cidade que funcionasse como espaço para a constituição de uma nova sociabilidade (Arruda, 2000).

Os grupos tradicionais do Norte e do Centro intentam mudar a capital para um local mais central, numa proposta conservadora de restaurar a economia por meio da exploração mineral, e enfrentam os grupos cafeicultores do Sul e da Mata, que almejavam uma reviravolta econômica. Em 1890, os primeiros saem vencedores, e Afonso Pena, então presidente do Estado, assume a tarefa de criar uma nova capital. Esta cidade assumiria o papel de unificar o Estado e tornar-se-ia o marco referencial da República. Reforçando essa leitura, o historiador Cristiano Arrais (2008) aponta que a construção dessa nova capital seria uma forma de obter uma unidade econômica e política num território marcado por polarizações, num momento de acirramento de disputas regionais.

Assemelhando-se a Belo Horizonte, o desejo de mudança da capital em Goiás flertava com tempos progressos, mas, assim como lá, submeteu-se a condições sincrônicas aos momentos políticos circunstanciais, tanto locais como nacionais.

Primeiramente, em Goiás, a ideia mudancista também advém do século XVIII. No ano de 1754, o conde de Sarzedas, então governador da Capitania, sugeria a transferência da capital de Vila Boa para Meia Ponte<sup>9</sup>, em decorrência das dificuldades de comunicação e da deficiência climática. Ao longo do século XIX, alguns governadores proclamaram o desejo de mudança, sempre criticando as condições deficitárias do clima vila-boense. Após a proclamação da República, o desejo de mudança aparece nos textos constitucionais (1891, 1898 e 1918), em que se dizia que “a cidade de Goyaz continuará a ser a capital do Estado enquanto outra causa não deliberar o Congresso” (Chaul, 1988, p. 66). Nesse período, o discurso propagado referia-se aos aspectos coloniais da cidade, com destaque para questões como a salubridade e a higiene, configuradas como obstáculos à modernização do lugar, o que era extensível a todo Estado.

O golpe político que leva ao poder Getúlio Vargas em 1930 (Arrais, 2008) e a indicação do interventor Pedro Ludovico Teixeira abrem as portas para a concretização da ideia da nova capital. Essa ideia amadurece, sedimenta-se e Goiânia concretiza-se. Nasce desse desejo de mudança. Mudança da antiga capital do Estado – Vila Boa – para uma nova cidade, em que conformavam aspectos como a política nacional de interiorização, a expansão capitalista via discurso de modernização capitaneado pelo Estado (Moraes, 2003), retirada do poder oligárquico sediado na capital colonial local, a destacada atuação política de Pedro Ludovico Teixeira.

Com a Revolução de 1930, os grupos das regiões “até então excluídas” do Estado viram na proposta da Aliança Liberal, uma forma de participação política, assemelhando-se ao ocorrido em Minas Gerais. Neste caso, Pedro Ludovico Teixeira assume a sua liderança e transforma a transferência da capital na afirmação do novo poder político. Com isso, Goiás assumiria o lugar de afirmação da frente pioneira de expansão capitalista, favorecendo a abertura do caminho para a conquista da Amazônia. Este fato foi ressaltado no discurso de Getúlio Vargas (1942, p. 123) quando em visita a Goiânia em 1940, ao afirmar que

torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do

alto dos vossos chapadões infindáveis, onde estarão, amanhã, os grandes celeiros do país, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Noroeste.

A esse respeito avalia Chaul (1988, p.167):

O Estado Novo veio consolidar as tensas e difíceis definições políticas goianas em relação à transferência da Capital. No plano político, o Estado Novo, veio consolidar a estratégia de Pedro Ludovico, mantendo-o na interventoria do Estado e concretizando o aval que o governo federal vinha dando à mudança da capital. No plano econômico, o Estado Novo lança a chamada Marcha para o Oeste, buscando viabilizar capitalistamente o Centro-Oeste para que as bases de expansão rumo à Amazônia fossem mantidas. (...) No plano ideológico, Goiânia era o espelho do desenvolvimentismo, do 'Brasil Grande', do 'Brasil Jovem', feito por brasileiros, do bandeirantismo e outros símbolos mais.

Logo, as precárias condições de saneamento básico, de clima e de transporte da Cidade de Goiás ganham relevância e acabam fazendo parte do discurso higienista do médico Pedro Ludovico, nas campanhas de convencimento mudancista. A experiência mineira da criação de Belo Horizonte foi um estímulo para que o mesmo acontecesse em Goiás. Num relatório a Getúlio Vargas, Pedro Ludovico argumenta que

foi este dilema que se apresentou ao Governo de Minas, em 1893, quando os seus dirigentes se convenceram de que Ouro Preto, apesar do seu riquíssimo patrimônio histórico, já não poderia vanguardar, como capital política, o progresso do Estado. Faleciam-lhe, como falecem à cidade de Goiaz, todas ou quase todas as condições essenciais para se metamorfosear numa capital condigna e apresentável, que encabeçasse e dinamizasse o desenvolvimento da grande terra de Santos Dumont. Ali, como em Goiaz, o critério da escolha do local fora determinado exclusivamente pela existência de ouro. Os fundadores de Vila Rica, bem como os Vila Boa, ávidos do valioso metal e imprevidentes da vida complexa das cidades do futuro, desconheciam totalmente os requisitos cuja falta viria, mais tarde, condenar as duas velhas vilas coloniais ao estacionamento e desaparecimento (*Apud.* MONTEIRO, 1938, p. 12-13).

Anos mais tarde, a imagem de Vila Boa como cidade imprópria aos novos tempos é reforçada no Álbum de Fotografias sobre o Planejamento e Construção da Cidade de Goiânia, de 1935, oferecido por Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas:

As fotos encardidas da cidade de Goiás escondiam-se atrás da pujança das obras da moderna Goiânia. A outrora Vila Boa era apresentada como se estivesse congelada no tempo e ressaltando aspectos pacatos e rurais – ruas sem calçamento, cavalos e carroças perambulando pelos espaços públicos –, em uma demonstração de vínculos indissolúveis com os séculos anteriores. Goiânia, ao contrário, era mostrada como ícone da modernidade, por meio da sua arquitetura sem adereços historicistas, do campo de pouso com o avião da Vasp, das ruas pavimentadas, das alamedas retilíneas arborizadas, entre outros (Oliveira, 2011, p. 190).

### **A estratégia da concretização: a escolha do local**

A escolha do local, em ambos os casos, seguiu rituais próprios aos seus tempos, mas muito semelhantes nas suas composições e propósitos. Começa-se com o caso mineiro e depois apresenta-se o caso goiano.

Em 15 de junho de 1891, nas disposições transitórias, artigo 13, é declarada a mudança da capital do Estado para um local que, oferecendo precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade.<sup>10</sup> O referido artigo determinava como deveria ser a nova capital – “teria que ter aproximadamente 200.000 habitantes. Inicialmente seriam demarcados 3.000.000 m<sup>2</sup> onde seriam feitos arruamentos e divisão de lotes para 30.000 habitantes. Metade dessa área seria destinada a ruas, praças, edifícios e logradouros públicos. A cidade deveria ter um projeto funcional, moderno e racionalista” (Fundação João Pinheiro, 1997, p. 17).

O engenheiro Herculano Veloso Ferreira Pena é nomeado pelo governo do Estado para estudar algumas localidades na região do rio das Velhas. Deveriam ser observadas questões como: centralidade, salubridade, sanitarismo, topografia, água potável. Esse engenheiro emite parecer favorável a Belo Horizonte, antigo Curral Del Rey.<sup>11</sup>

No dia 28 de outubro de 1891 foi promulgada a Lei nº 1, adicional à Comissão do Estado, determinando a instalação de uma comissão para estudar cinco localidades para a construção da nova capital: Belo Horizonte, Paraúna (atual Diamantina), Barbacena, Várzea do Marçal (atual São João Del Rey) e Juiz de Fora.

No governo Afonso Pena, o engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis assume a coordenação da referida comissão, composta por cinco engenheiros – José Carvalho de Almeida, Samuel Gomes Pereira, Manuel da Silva Couto, Eugênio de Barros Raja

Gabaglia e Luiz Martinho de Moraes – e um médico higienista – J. Ricardo Pires de Almeida. Estes deveriam analisar as seguintes condições: salubridade, água potável em abundância, condições de implantação de sistema de esgoto e água pluvial, facilidade para construção, garantia de abastecimento, iluminação pública e particular satisfatórias, topografia, ligação com sistema de viação federal e estadual, despesas para tal empreendimento (Fundação João Pinheiro, 1997, p. 17).

No decorrer dos trabalhos da comissão, vários mapas foram produzidos, em que se detalham as regiões selecionadas. No parecer final, Várzea do Marçal foi a escolhida, em decorrência da sua ligação com a rede ferroviária, ficando Belo Horizonte em segundo lugar, em função do custo de indenização das terras particulares. Contudo, o Congresso acaba por eleger Belo Horizonte, e o governador Afonso Pena, mesmo não concordando com a escolha, acata a decisão.

Em Goiás, em 20 de dezembro de 1932, por meio do Decreto 2.737, o interventor Pedro Ludovico Teixeira nomeia uma comissão para a escolha do local, a qual, dentre outras coisas, sugere a elaboração do plano urbanístico da cidade. A comissão era composta pelo bispo de Goiás D. Emanuel Gomes de Oliveira; o engenheiro-urbanista João Argenta; o diretor do serviço sanitário do Estado, Laudelino Gomes; o engenheiro do Estado, Jerônimo Fleury Curado; o oficial superior do Exército, Cel. Antônio Pirineus de Souza, e os comerciantes Antônio Santana e Gumercindo Pereira. Todos trabalhariam sem remuneração, com exceção do engenheiro-urbanista. Politicamente hábil, o interventor nomeia uma comissão em que sociedade estaria representada.

Em janeiro de 1933, a comissão se reuniu na cidade de Bonfim e estabeleceu certos critérios para a procura da localidade para erguer a capital goiana: abundância d'água, bom clima, topografia adequada, facilidade de acesso e transporte (proximidade da ferrovia), e localização estratégica em relação ao Estado e ao país. Esta comissão destaca os técnicos da sua composição, nomeando uma subcomissão para iniciar as averiguações e convocando, ainda, um topógrafo. Selecionaram alguns locais e iniciaram os trabalhos verificando a própria Bonfim, além de Ubatã, Campinas e Pires do Rio, descartando a região norte.

No relatório da comissão, apresentado em março de 1933, a comissão apresentou um extenso diagnóstico de cada localidade, apontando os aspectos topográficos, hidrológicos e climáticos. A escolhida foi Campinas, mediante a seguinte justificativa:

Considerando que Campinas se acha situada no ponto cêntrico da parte mais povoada do Estado e a sua topografia das mais apropriadas e belas para a construção de uma cidade urbanisticamente moderna, entre um vasto perímetro de terras de ótimas culturas todas cobertas com matas de superior qualidade e que enormemente facilitarão a construção da nova cidade (Relatório da Comissão. *Apud.* Monteiro, 1938, p. 44).

A comissão sugere ainda a convocação de técnicos de renome nacional para ratificar a escolha. Pedro Ludovico acata a ideia e convida um dos mais conceituados engenheiros urbanistas daquele momento, Armando Augusto de Godoy, que se fez acompanhar de dois outros engenheiros, Benedito Neto de Velasco e Américo de Carvalho Ramos. Estes profissionais homologam a decisão, sem qualquer restrição, e o urbanista entrega um extenso relatório, abordando questões como a importância de uma cidade moderna e a sua ação civilizadora e econômica, as razões do atraso de Goiás, a oportunidade da mudança, o financiamento das obras, o problema dos edifícios públicos, a solução da questão dos transportes, a necessidade de um plano rodoviário, o destino dos arredores da cidade, a energia elétrica, propaganda, estímulos ao desenvolvimento urbano, direção da organização do plano, e questões específicas ao local escolhido.<sup>12</sup>

184

O local escolhido para a nova capital goiana também tinha um pequeno aglomerado urbano, mas não foi considerado no desenho do novo plano, como o foi no caso de Curral del Rey, em Minas Gerais, em que o novo traçado sobrepôs o desse local. Semelhança que se torna dessemelhança. Falaremos mais sobre isso à frente.

Por ora, é importante salientar que as comissões e relatórios não permitiram escrutínios historiográficos que merecessem avaliações dedutivas. As informações ficaram restritas aos documentos apresentados.

### **A nova ordem espacial: o plano urbanístico**

Belo Horizonte e Goiânia já nasceram sob inspiração moderna. A modernidade há muito rondava o mundo. A decisão de construir uma nova capital em Minas Gerais e Goiás implica outra demanda: quem vai projetar a cidade.

Em Minas Gerais, a comissão construtora foi criada em 1893, também chefiada pelo engenheiro Aarão Reis. Este profissional nasceu em Belém e titulou-se como engenheiro geógrafo em 1872, bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas em 1873 e engenharia civil em 1874 na Escola Politécnica do Rio, mediante cursos alicerçados nos pensamentos sansimonista e positivista (Salgueiro, 2001, p. 137). Republicano e abolicionista em sua juventude, publicou artigos em jornais com críticas ao Império (Leme, 1999, p. 448). Foi fortemente marcado pelo positivismo e pela crença no papel que a razão e a ciência deviam desempenhar na vida social e política. Antes de assumir a comissão construtora da capital, Reis já havia trabalhado como engenheiro em várias obras públicas no Rio de Janeiro e em outros Estados. À frente desta comissão em Minas Gerais, o engenheiro

desenvolveu a planta geral da nova capital, obteve aprovação dos projetos das principais obras públicas e adiantou bastante as obras de infra-estrutura. Seu estilo hierárquico e centralizador de administrar, pouco afeito a concessões políticas, criou arestas e animosidades que acabam levando-o ao pedido de exoneração (Leme, 1999, p. 449).

Quando sai é substituído por Francisco de Paula Bicalho, que dá sequência aos trabalhos de implantação do traçado, de demolição do arraial e do andamento das construções. Em 1898 é extinta a comissão e os serviços são absorvidos pela Secretaria da Agricultura (venda de lotes e construção) e os demais para a Prefeitura (água, luz, esgoto, etc.) (Fundação João Pinheiro, 1997).

Para Reis, o plano da cidade deveria “obedecer às mais severas indicações e exigências modernas da higiene, conforto, elegância e embelezamento” (Leme, 1999, p. 223). Se a ideia da nova cidade já se delineava como moderna, o desenho da capital não poderia fugir a essa intenção.

Nesse sentido, o novo traçado desconsidera aquele do pequeno arraial de Curral Del Rei<sup>13</sup>, sobrepondo-se ao existente, como se ali nada existisse. O traçado se expressa numa dupla trama ortogonal rígida, com ruas que se cortavam em ângulos retos e determinavam quarteirões quadrados, completado por um sistema de avenidas largas, que aparecem em diagonal às primeiras. Fechando esta malha, aparece a avenida Contorno, que circunda todo esse traçado.<sup>14</sup> Esta avenida definia a área urbana, estando também delimitadas as áreas suburbanas e zonas de sítios. Essa planta, conforme Salgueiro (2001), é uma montagem de citações como a

arborização, típica do urbanismo haussmaniano, e o parque segue a tradição pitoresca.

Quanto às áreas públicas, projetou um grande parque quadrado, de onde a cidade partia, de 800 metros de lado, além de praças e jardins públicos. Este parque foi reduzido e alterou-se a sua orientação. A maioria de praças e jardins públicos não foi executada. A grande exceção é a Praça de Liberdade, onde foram concentrados os edifícios públicos estaduais.

O parque posiciona-se de modo a estabelecer uma hierarquia dos demais equipamentos no espaço urbano. Ao longo da principal avenida, saindo do parque, do lado mais baixo e, portanto, menos nobre, estavam os equipamentos como o mercado, a estação, oficinas. Do lado mais nobre e mais alto, localizavam-se as áreas dedicadas aos três poderes do Estado, a Prefeitura, o hotel, o teatro e as residências dos funcionários. Na área suburbana previu-se um traçado mais flexível, destinando para lá equipamentos como o hipódromo, o cemitério, os reservatórios de água, matadouro, as casas de máquinas de esgoto, e outros.

A intenção era favorecer a ocupação do centro para a periferia, o que na verdade não aconteceu. Previa-se uma população inicial de 30.000 habitantes, com estimativa para 200.000 habitantes. O centro foi ocupado de forma fragmentada e esparsa em contraposição à periferia que se povoava desordenadamente. Para se ter uma ideia, em 1912, 70% dos 38.000 habitantes moravam fora da área urbana. “Ao contrário da zona urbana, a suburbana não contou com infraestrutura sanitária, só conseguida mediante pressão da população” (Andrade, 2004, p. 76).

“Foi planejado também um roteiro de normas e modelos construtivos, o qual orientava e padronizava a implantação da arquitetura, a área dos lotes, o paisagismo dos quintais, bem como o tipo e a qualidade do material a ser empregado nas construções” (Lemos, 1998, p. 84). Nessa perspectiva, o repertório da arquitetura eclética foi o escolhido, por traduzir a modernização tão almejada, já que era o estilo, por excelência, da burguesia europeia naquele final de século, além de romper com o “provincianismo” da arquitetura colonial brasileira. Todos os edifícios públicos foram concebidos sob essa linguagem, tendo como autores profissionais brasileiros<sup>15</sup> e estrangeiros. Além desses edifícios, existiram as residências construídas pela comissão construtora, que foram caracterizadas como casas-tipo e também se enquadravam, na sua maioria, na linguagem eclética.

Com as obras iniciadas em 1894, capitaneadas pelo engenheiro Aarão Reis, Belo Horizonte é inaugurada em 12 de dezembro de 1897. Sobre a inauguração, Teulières escreveu que, “a 12 de dezembro de 1897, vinte e uma explosões de dinamite marcaram a inauguração oficial da capital chamada primeiramente Minas. Um cronista escrevia naquela ocasião: muitas ruas, nem árvores, nem habitantes, vento e poeira. Uma sinistra cidade nascida morta parecia” (Teulières. *Apud*. Magalhães; Andrade, 1989, p. 128). Naquele momento, boa parte dos edifícios públicos já está construída e começava a ocupação da área suburbana, desvencilhada do desenho positivista de Reis.

Percebe-se que há uma crítica muito feroz ao plano de Aarão desde o momento de sua implantação. O privilégio dado à área urbana em detrimento às demais áreas do plano gerou custos enormes para a população e aos cofres públicos. O desenho era pouco eficiente em termos de eficiência urbana, reconheciam os cronistas da época e também os historiadores do urbanismo posteriormente.

Algumas décadas depois de Belo Horizonte, com semelhanças, mas certamente com muitas dessemelhanças, inicia-se o plano urbano da capital goiana. Em 1933, por meio do Decreto nº 3.547, o interventor encarregou o arquiteto Attilio Correia Lima para a confecção do plano urbanístico da nova capital, contratando a firma P. Antunes Ribeiro e Cia., da qual era representante. Este decreto define as partes da elaboração do projeto, assim como os edifícios que deveriam ser projetados nesta primeira etapa do processo de implantação da cidade. Nesse mesmo ano, realiza-se um concurso para a escolha do nome da capital e Goiânia sai vencedor.

Até então, Attilio Correia Lima, formado em 1926 na Escola Nacional de Belas Artes (Diniz, 2017), tinha sido um dos poucos profissionais brasileiros que se especializaram em urbanismo, fazendo-o no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (IUUP), produzindo um anteprojeto de melhoramento e expansão da cidade de Niterói.<sup>16</sup> Além disso, participou das discussões em torno da arquitetura moderna, durante a rápida passagem de Lúcio Costa na direção da Escola Nacional de Belas Artes, de 1930 a 1931, como professor da recém-inaugurada cadeira de Urbanismo. Mesmo com a saída de Costa da escola, Correia Lima continuou lecionando na instituição até 1937 (Manso, 2001).

No Brasil, passado o período das intervenções pontuais e curativas nas grandes cidades, conformava-se um novo modo de tratar as questões urbanas, visualizando a cidade como um todo articulado. É o momento em que o urbanismo se fortaleceu como disciplina acadêmica e como prática profissional, expresso na contratação de planos e consultorias feitos por profissionais brasileiros ou estrangeiros (Leme, 1999). É nessa circunstância que se insere a elaboração do plano da nova capital de Goiás, com relatório de organização e criação do projeto entregue em janeiro de 1935. Attilio inspirou-se nos traçados clássicos, como disse, “guardando as devidas proporções, o efeito monumental procurado é o do princípio clássico adotado em ‘Versailles’, ‘Carlsruhe’ e ‘Washington’” (Lima, 1942, p. 48), convenientemente integrados a uma feição moderna de cidade, por meio do zoneamento, do tratamento paisagístico e da centralidade (convergência das vias para o Centro Administrativo) que, aos olhos de Silva (2010), também é marca da epistemologia moderna. Era uma proposição que encontrava pontos de congruência com as propostas urbanísticas para as cidades-jardins inglesas, de Robert Unwin e Ebenezer Howard, ou mesmo com os subúrbios americanos, como Redburn, ao mesmo tempo em que encontrava semelhanças com os bulevares da reforma de Haussmann em Paris.

O plano de Attilio caracteriza-se por um traçado que privilegia a topografia, tendo como ápice o centro administrativo, em que uma praça concentra todos os edifícios públicos significativos e o local de convergência das principais avenidas da cidade. Outro ponto de destaque é o zoneamento com áreas para residências (região sul), indústrias (região norte), e mistas, em que aparecem comércio, moradia, lazer e administração (centro). As regiões leste e oeste foram apenas esboçadas, conferindo um caráter “aberto” ao plano. O zoneamento é planejado em conjunto com o sistema viário, distribuindo adequadamente as dimensões das ruas com as atividades compatíveis. Ele ainda propõe uma hierarquização dos espaços livres como praças, jardins, parques, *parkways*, *playgrounds*, aeródromo, os cursos d’água. Preocupa-se com o abastecimento d’água, tratamento de esgoto, coleta e transporte do lixo, novos loteamentos, regulamentação das construções e organização administrativa. O projeto foi concebido para 15.000 habitantes, podendo atingir 50.000.

Para a arquitetura dos edifícios do Centro Administrativo, Attilio adota o *Art Déco*, dada uma identificação desta linguagem com a modernidade e com o poder.

Além disso, a precariedade de recursos do Estado justificaria a adoção de um estilo que se pauta pela sobriedade e pouca quantidade de elementos de decoração. Na Praça Cívica, dois edifícios são de autoria do arquiteto – o palácio do governo e a secretaria geral (atual Agência Goiana de Cultura). Na Avenida Goiás, principal *boulevard* do plano, encontra-se o primeiro hotel da cidade, também projetado por Attilio. Outros edifícios da administração seguiram o *art déco*, assim como muitas edificações da iniciativa privada, como bancos e casas comerciais, além dos destacados exemplares do Teatro Goiânia (1942) e da Estação Ferroviária (1952), ambos de fases posteriores da história da cidade.

Em 1935, Correia Lima abandona o cargo de diretor de obras, rompendo o contrato com a firma P. Antunes Ribeiro & Cia.<sup>17</sup> Nesse momento, a figura do engenheiro Armando Augusto de Godoy, que havia participado da comissão de escolha do local da nova cidade e das discussões que envolviam o plano de Attilio, sobressai-se ao assumir a Seção de Urbanização das obras da capital, sediada no Rio de Janeiro, iniciando algumas reformulações no plano existente. Godoy orientou a alteração do zoneamento da região central do primeiro plano, modificou o desenho do setor Sul e desconsiderou o traçado de Attilio para o setor Oeste, colocando-o como área a ser parcelada mediante um concurso público.<sup>18</sup>

Attilio e Armando conceberam o rosto de Goiânia, mas não a sua alma, como disse Graeff (1985, p. 12). Os seus planos criaram a feição inicial do espaço, mas este se transformou, assim que passou a ser ocupado. A contínua relação homem e espaço, estabelecendo a cultura de morar, criou condições específicas aos lugares, tornando-os “variáveis” ao longo do tempo. O plano de Correia Lima definiu certas características, no seu desenho e diretrizes, que foram assimiladas e reproduzidas por seus moradores<sup>19</sup>, mas nem sempre com a mesma intenção do seu criador.

As décadas que separam os planos, em princípios do século XX, já são importantes para reconhecermos a velocidade das mudanças expressas nas escolhas adotadas, como a opção por um arquiteto, em vez de um engenheiro, o *art déco* pelo eclético, entre outras. Mas as mudanças não devem ser avaliadas somente pela velocidade do tempo, e sim pelas dificuldades impostas pela distância, mão de obra, material de construção, o que, em Goiás, era uma realidade e era amenizado pela localização de Belo Horizonte. O plano goianiense, do mesmo modo como o de Belo Horizonte, começou a ser ocupado simultaneamente a ocupações

irregulares nas suas bordas. Tratava-se dos trabalhadores da sua construção e de imigrantes que não tinham onde morar e ocupavam as franjas da área planejada.

### **Comparar e concluir**

No Brasil, a ideia de criar cidades não era nova. Essa prática, pouco reconhecida, advém do período colonial, em que o papel da Metrópole era manter o controle do espaço. O Império faz poucos investimentos nesse âmbito, aparecendo, como destaque, Teresina e Aracaju. Com o fim da escravidão e a proclamação da República, os olhares voltam-se novamente para a adequação das cidades existentes e criação de novos emblemas espaciais ao recente regime político. Seguindo as odes da modernidade, a ideia de gerar espaços urbanos persiste no século XX, passando pelo Estado Novo, laureando-se com Juscelino Kubitschek e regionalizando-se, novamente, com a Constituição Federal e o Estado do Tocantins.

Os processos de criação de Belo Horizonte e Goiânia apresentam semelhanças e dessemelhanças, como apontou Bloch em estudos de história comparada. O processo de surgimento da capital mineira inicia-se com a declaração da mudança, seguido da nomeação de um engenheiro para averiguar locais e a instalação de uma comissão para fazer estudos detalhados dos lugares possíveis, fazendo uma indicação. Depois, de posse dos locais escolhidos, a decisão vai ao Congresso, para ratificação da escolha. O próximo passo é a instalação de uma comissão de obras, dirigida pelo mesmo engenheiro responsável pela comissão da escolha do local. Os recursos para demolição do arraial existente, desapropriações e implantação da nova cidade correm por conta do governo estadual. O autor do projeto desliga-se das obras antes de sua conclusão, mantendo-se a comissão construtora. Após a inauguração, os serviços de condução das obras são absorvidos pelo Estado.

No caso goiano, a primeira atitude é a instalação da comissão da escolha do local, seguida da eleição de uma subcomissão técnica. A comissão faz a sua escolha, que é confirmada pelo governador, sem levar para o congresso estadual. Na sequência, contrata-se uma firma, representada por um arquiteto, para elaboração do projeto e condução das obras. Essa empresa não fica até a finalização dos serviços e o projeto é parcialmente alterado. Nesse caso, contrata-se uma outra

empresa particular para a condução dos serviços, ficando o Estado responsável pela sua fiscalização. Os recursos disponibilizados para a construção da capital foram do governo estadual.

O primeiro ponto de congruência entre as experiências mineira e goiana é a sua estreita vinculação com a ação política. Belo Horizonte surgiu como resultado de articulações que visavam garantir um espaço para o Estado de Minas Gerais diante da nova realidade política e econômica do país. Apesar de se caracterizar, preferencialmente, por uma ação regional, a criação da nova capital mineira representa a força republicana em nível nacional. Goiânia, por seu lado, é resultado de uma articulação política local, assegurada por um desejo em âmbito federal. Getúlio Vargas enxerga na capital goiana a concretização do sonho da modernidade, com a conquista da centralidade, por meio da Marcha para o Oeste. Derrubavam-se as oligarquias agrárias ligadas à antiga capital e sedimentava-se a alternância no poder político, com os representantes de novos vetores econômicos.

A ideia da mudança, em ambos os casos, está ligada ao desejo de se propagar um projeto modernizador. A República anseia instituir uma nova ordem que afaste definitivamente o passado colonial e imperial. Já a Terceira República intenciona concretizar a expansão capitalista, sob um signo moderno. O desejo de projetar um novo espaço implicava implantar novos comportamentos, condutas e conceitos.

A instituição das comissões, para a escolha do local, demonstra uma atitude moderna no sentido de privilegiar a ciência. Nos dois casos, há técnicos nas comissões. No caso mineiro, a comissão é essencialmente técnica, composta por engenheiros – detentores, naquele momento, do saber técnico relativo às cidades – e um médico – representante dos conhecimentos higienistas acerca da saúde e bem-estar do homem. Na comissão goiana, há uma postura mais conservadora na sua composição, porque, além dos técnicos, contém representantes da sociedade civil. É meramente uma atitude política, visto que na hora da escolha do local restringe-se aos técnicos. Neste caso, a opinião técnica teve um grande peso, ainda que tenha buscado ratificação em um nome estrangeiro, também técnico, para a aprovação do local escolhido. Em Minas, a equipe fragilizou-se quando teve a sua escolha preterida em nome de um outro local politicamente mais interessante.

A localização das duas capitais teve os mesmos objetivos: fator de integração do Estado, interna e externamente, e confirmação das novas forças dominantes. O

local mineiro desconsidera a existência de um arraial e implanta o novo traçado sobre este. No caso goiano, o lugarejo próximo é preservado, tornando-se, posteriormente, num bairro da capital.

A contratação de um engenheiro para conduzir a elaboração do plano da capital mineira, assim como para os trabalhos de construção, é condizente com o pensamento daquele momento. Prevalciam as intervenções positivistas no espaço urbano, onde imperavam a ordem, a higiene e a adequação à modernidade. Nessa perspectiva, havia uma compatibilização com a formação profissional, em que prevaleciam as escolas politécnicas de engenharia. Havia uma escola de Arquitetura no Rio de Janeiro, mas ela não habilitava profissionais para trabalhar com questões urbanas. No caso goiano, a situação já é um pouco diferente. As discussões referentes ao papel do arquiteto já eclodiam na Europa e a escola carioca de Arquitetura procurava acompanhar esses passos. Assim, contrata-se um arquiteto para desenvolver o plano de Goiânia, porque se apresentava habilitado para tal, por ter experiências anteriores e uma especialização técnica na área. Ao final, por alguns problemas é um engenheiro que arremata o plano do arquiteto e o entrega à comunidade.

Os traçados dos planos de Belo Horizonte e Goiânia espelham-se em experiências estrangeiras anteriores em diferentes proporções, resultando em propostas de sensibilidades diversas. Ambos se orientam por questões como circulação e higiene, modernamente enquadradas. Nos dois casos, os responsáveis pelos planos se desligaram dos serviços antes de concluídos. Novamente, parece existir um ponto em comum entre os dois objetos, porque foram articulações políticas ligadas ao controle do poder, culminando com as duas rescisões de contrato. A análise dos planos poderia ser objeto de uma comparação em um outro momento. Por hora, o propósito desse artigo encerra-se ao testar a possibilidade de construir a história comparada por meio de algumas semelhanças e dessemelhanças de casos próximos, adotando um recorte específico das decisões iniciais de cidades novas e, por isso, inicialmente, desejadas.

## NOTAS

- <sup>1</sup>. Conforme Trevisan (2020), para entender as cidades novas, como as citadas, deve-se ir além da data de sua fundação, é necessário regressar para o período antecessor e verificar as circunstâncias e as ações em que são desejadas, concebidas, formuladas, idealizadas,

intencionadas, inventadas, pensadas, planejadas, premeditadas, programadas, projetadas.

2. Bloch (1995) coloca que este tipo de comparação atesta a “tendência do espírito humano de reagir em circunstâncias análogas”. E reforça: “a comparação assim entendida, não é uma explicação plena”. Ao construir uma comparação distante, o autor deixa a impressão de que um dos seus objetivos, talvez, seja a criação de um modelo ou, pelo menos, de um esquema explicativo. Atua de modo contrário à comparação próxima, que “testa o valor das explicações propostas, obrigando uma escritura mais analítica” (Haupt, 1998, p. 211).
3. A discussão em torno do conceito de modernidade não se inclui como meta neste exercício. Utiliza-se a definição conceitual de Marshall Berman (1986, p. 15-16), que diz ser um “tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo. (...) A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e de ideologia (...) O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem no universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia (...); descomunal explosão demográfica (...); rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa (...); Estados nacionais cada vez mais poderosos (...); enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão.”.
4. A organização era traduzida, basicamente, na forma de planos reguladores do crescimento urbano e nas normas que regulavam os alinhamentos das ruas e das casas.
5. Mais sobre o assunto, consultar: Delson, 1997.
6. Sobre Teresina, ler: Gandara, 2011.
7. Sobre Aracaju, ler: Santos, 2014.
8. Para conhecer a linha do tempo do pensamento urbanístico brasileiro, consultar <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/>.
9. Meia Ponte, atual Pirenópolis, era uma vila situada no entrocamento de caminhos vitais para a Capitania, além de possuir condições climáticas mais favoráveis.
10. “Na declaração de mudança da Capital firma-se oficialmente o caráter conceitual da proposta: deve-se construir um novo espaço, higiênico e grande, o que significa não-colonial, limpo, varrido pela luz, visível para o controle, em suma, moderno” (Magalhães; Andrade, 1989, p. 53).
11. Curral Del Rey teve seu nome alterado em 1890 para Belo Horizonte.
12. Estes pontos abordados pelo engenheiro referem-se aos subtítulos do seu relatório, que se encontram transcritos em Monteiro (1938, p. 48-66).
13. Este arraial é totalmente demolido, com exceção da igreja Matriz. Desconsidera-se o existente e ergue-se a nova cidade no mesmo lugar onde jaz esta outra povoação.
14. Segundo a interpretação de Magalhães e Andrade (1989), o desenho de Belo Horizonte reflete a junção de focos barrocos de poder (a trama ortogonal com diagonais perspectivantes) com a concepção platônica de cidade (configuração circular, com finitude do espaço). Esta interpretação vai mais além, quando diz que o plano personifica a legenda positivista – Amor, Ordem e Progresso –, ao trabalhar o parque (o natural, o amor) envolvido pela trama racional (da ordem e do progresso) do traçado cientificamente definido.

15. O principal autor dos edifícios oficiais foi José de Magalhães, diplomado em Ciências Físicas e Matemáticas no Rio de Janeiro em 1874. Viveu em Paris de 1876 a 1880 e estudou na École des Beaux Arts.
16. Além desse plano, Attilio fez outros trabalhos, como a remodelação da cidade de Recife, o plano regional de urbanização do Vale do Paraíba, o plano para Volta Redonda, o projeto da estação de hidroaviões do Rio de Janeiro etc.
17. Muitas questões envolvem o afastamento da empresa, mas as principais estão diretamente relacionadas com a administração das obras por parte dos engenheiros Coimbra Bueno, nomeadas pelo governador. Não é competência deste texto relatar e discutir esses fatos. Para saber mais sobre o assunto, ver: Manso, 2001.
18. Segundo Gonçalves (2002, p. 33), essas alterações e mesmo o projeto original seriam um esforço coletivo, “no qual se destacou a figura de Attilio Corrêa Lima e a dos técnicos, engenheiros e arquitetos, da Superintendência Geral das Obras de Goiânia e da Construtora Coimbra Bueno, da qual Armando de Godoy foi consultor técnico entre 1936 e 1938”.
19. Entendam-se como moradores os habitantes da cidade, os seus administradores, além dos especuladores imobiliários e profissionais que interferem na sua formação urbana. Mais sobre essa discussão ver: Graeff(1985).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília*. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/>.

ARRUDA, Rogério Pereira. *Álbum de Bello Horizonte: signo da construção simbólica de uma cidade no início do século XX*. Belo Horizonte, 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOC, Marc. *Histoire et historiens*. Paris: A. Colin, 1995.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia*. Tradução de Dafne N. Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CHAUL, Nasr N. Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf, 1988.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva-Ciord, 1997.

DINIZ, Ana Maria. *O itinerário pioneiro do urbanista Attilio Corrêa Lima: percurso*. Jundiá, SP: Paco, 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *Panorama de Belo Horizonte*: atlas histórico. Belo Horizonte, 1997.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. *História*, v. 30, n. 1, p. 90-113, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742011000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100005&lng=en&nrm=iso).

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: uma modernidade possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2002.

GRAEFF, Edgard Albuquerque. *Goiânia: 50 anos*. Brasília: MEC-SESU, 1985.

GUREVICH, Aaron. Marc Bloch and antropology history. In: ASTMA, Hartmut; BURGUIÈRE, André (org.). *Marc Bloch aujourd'hui: histoire comparée & sciences sociales*. Paris: Ed. de l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.

HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998, p. 205-216.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. Tradução de Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEME, Maria Cristina Paes. A formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina Paes (coord.). *Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LE MOS, Celina Borges. A cidade republicana – Belo Horizonte. 1897-1930. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG; IAB, 1998.

LIMA, Attilio Correia Lima. Plano Diretor da Cidade. In: IBGE. *Goiânia: coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar*. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Ed. Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília, Palmas*. Goiânia: Ed. UCG, 2003.

MÖRNER, Magnus. Em torno al uso de la comparasion em el analisis histórico de America Latina. *Jahrbuch für Geschiechet von Staat, Wirtschaft und Gessellschaft Lateinamerikas*, 31,1994.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. A percepção da mudança: os registros na cidade de Goiás. *História*, v. 30, n. 1, p. 189-208, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742011000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100009&lng=en&nrm=iso).

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 135-168.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. *Modernização centralizadora: território e desenvolvimento urbano na província de Sergipe (1855-1860)*. Recife, 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11875>.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1997.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

TOPALOV, Christian. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? *Espaço e Debates: Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 34, p. 28-37, 1991.

TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. Brasília: Ed. UnB, 2020.

VARGAS, Getúlio. Planalto Goiano: Miradouro do Brasil. Atualidade e futuro de Goyaz. In: IBGE. *Goiânia: coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

**Adriana Mara Vaz de Oliveira** é Professora no curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Artes Visuais e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Mestrado Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás (UFG), câmpus Samambaia, em Goiânia, Goiás. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestra em História das Sociedades Agrárias da UFG e Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Goiás (UCG).

**Como citar:**

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. Belo Horizonte e Goiânia: cidades desejadas. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 19, n. 2, p. 172-196, jul./dez. 2023. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br).